

**FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISAS EM
CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS - FUCAPE**

ADRIANO MARCOS DANTAS DA SILVA

ADOÇÃO INICIAL DAS IFRS NO BRASIL: isenções opcionais,
relevância das informações contábeis e gerenciamento de
resultados.

**VITÓRIA
2012**

ADRIANO MARCOS DANTAS DA SILVA

ADOÇÃO INICIAL DAS IFRS NO BRASIL: isenções opcionais,
relevância das informações contábeis e gerenciamento de
resultados.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: Renê Coppe Pimentel

VITÓRIA
2012

ADRIANO MARCOS DANTAS DA SILVA

ADOÇÃO INICIAL DAS IFRS NO BRASIL: isenções opcionais, relevância das informações contábeis e gerenciamento de resultados.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis na área de concentração Contabilidade Gerencial.

Aprovada em 23 de novembro de 2012.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profº Dr.: RENÊ COPPE PIMENTEL
FUCAPE

Profº Dr.: FABIO MORAES COSTA
FUCAPE

Profº Dr. : JOSÉ ELIAS FERES DE ALMEIDA
UFES

A Deus, a minha família e
amigos.

AGRADECIMENTOS

A Deus.

À minha família pelo incentivo, aos meus pais Ananias e Neusa.

À minha esposa, Sonia Schontz, pelo amor incondicional, compreensão, colaboração e pelo incentivo. Aos meus filhos, João Pedro e Vinícius, pelo sorriso cada vez que aguardavam o meu retorno das viagens até Vitória - ES.

Ao meu professor orientador, Renê Coppe Pimentel, que me incentivou e orientou de forma brilhante, acreditando sempre e direcionando de forma única os passos desta pesquisa.

Aos professores Fábio Moraes e Fernando Galdi, pela imensa contribuição na qualificação desta dissertação.

A todos os professores da Fucape que compartilharam conosco seus conhecimentos e nos “provocaram” para a construção de pensamentos voltados a pesquisa, em especial Prof. Fábio Moraes, Aridelmo Teixeira, Marcelo Sanches, Fernando Galdi e Cristiano Costa.

Ao João Carlos (Baiano), pelas tantas contribuições no desenvolvimento desta pesquisa.

À Lorene Alexandre, que me auxiliou imensamente nas consultas ao Economática.

Aos meus amigos Diego Bonassi e Cristiano Cândido, pela imensa contribuição na obtenção do banco de dados desta pesquisa.

Aos meus amigos do peito Roberto Pena e Rodrigo Barcelos; ao Erivelto, Sheila, Jean Carlos e Sueli, que compartilharam momentos únicos de estudos e de ansiedade na espera do resultado de cada disciplina. Enfim, a todo este povo bacana de Vitória – ES.

Aos funcionários da FUCAPE, que sempre se mostraram prestativos no atendimento.

Enfim, a todos que participaram da minha formação profissional e, ainda, dos incentivos a formação acadêmica.

"Colha o dia como se fosse um fruto maduro que amanhã estará podre. A vida não pode ser economizada para amanhã. Acontece sempre no presente." Rubem Alves.

RESUMO

A adoção das normas *International Financial Reporting Standards* (IFRS) foi iniciada no Brasil através da lei 11.638/2007. A adoção das IFRS foi dividida em duas etapas, sendo uma chamada de etapa de transição (2008 e 2009) e a outra etapa de adoção plena das IFRS (IFRS *full*). No ano de adoção plena (2010), as empresas foram obrigadas a elaborar as suas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) em IFRS, incluindo as demonstrações encerradas no ano de 2008, sendo denominado de período de transição, o dia 01/01/2009 (ou 31/12/2008). No momento da adoção inicial, o CPC 37 elenca diversas normas que são isentas de aplicação retroativa e o presente estudo tem por objetivos: verificar se existem incentivos para aplicar as isenções opcionais têm incentivos gerenciais para serem aplicadas retroativamente; analisar a relevância das informações contábeis no momento da adoção inicial das IFRS e avaliar se existe relação entre a adoção inicial e o gerenciamento de resultados. Alinhado às pesquisas existentes, as empresas maiores utilizaram no momento de adoção inicial normas passivas de isenções para reduzirem o seu patrimônio líquido e, ainda utilizaram estas normas para compensar impactos positivos dos ajustes obrigatórios. Diferente do esperado, empresas mais endividadas aplicaram normas passivas de isenções que reduziram o patrimônio líquido. Foi identificada maior relevância das informações contábeis (*value relevance*) nos períodos de IFRS e ainda menor grau de gerenciamento de resultado na maioria das métricas aplicadas.

Palavras-chave: Adoção Inicial; Relevância das Informações Contábeis; Gerenciamento de Resultados.

ABSTRACT

The adoption of International Financial Reporting Standards (IFRS) was initiated in Brazil through law 11.638/2007. The adoption of IFRS has been divided into two stages, one called transition phase (2008 and 2009) and another stage of full adoption of IFRS (IFRS full). In the year of full adoption (2010) companies are required to prepare their Standardized Financial Statements (SFS) under IFRS, including the statements closed in 2008, being named of transition the date of 01/01/2009 (or 31/12/2008). Upon first-time adoption, the CPC 37 lists various standards that are free from retroactive application, at this point, the present study aims to: check if the optional exemptions have managerial incentives to be applied retroactively; analyze the relevance of accounting information upon first-time adoption of IFRS and assess whether there is relationship between first-time adoption and earnings management. In line with existing research, larger companies have used the time of the first-time adoption of passive standards of exemptions to reduce your net worth and still used these guidelines to offset the positive impacts of the adjustments required. Unlike expected, more indebted firms applied standards of exemptions that reduced net patrimony. It was identified an increased relevance of accounting information (value relevance) in IFRS period and still a less management of result in most metrics applied.

Keywords: First-time Adoption; Relevance of Accounting Information, Earnings Management.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Composição da amostra	44
Tabela 2 – Classificação das empresas da amostra	45
Tabela 3 – Estatística Descritiva dos Determinantes das Escolhas	46
Tabela 4 – Estatística Descritiva dos Determinantes das Escolhas sem empresas com Patrimônio Líquido Negativo	47
Tabela 5 – Correlação dos Determinantes das Escolhas	49
Tabela 6 – Correlação dos Determinantes das Escolhas Excluindo as Empresas com PL Negativo	50
Tabela 7 – Regressão Probit Equação (1)	51
Tabela 8 – Regressão Probit Equação (1) Excluindo as Empresas com PL Negativo	52
Tabela 9 – Regressão da Relevância das Informações Contábeis (<i>Value Relevance</i>) – Separado por modelos (IFRS e BRGAAP).....	54
Tabela 10 – Regressão da Relevância das Informações Contábeis (<i>Value Relevance</i>) – Separado por ano	55
Tabela 11 – Regressão Logística para Identificação Gerenciamento de Resultados Através de Pequeno Lucro.....	56
Tabela 12 – Regressão Logística para Identificação Gerenciamento de Resultados Através dos Grandes Prejuízos	57
Tabela 13 – Variabilidade do Lucro Líquido comparada com Ativo e Atividade Operacional da DFC.....	58
Tabela 14 – Variabilidade do Lucro Líquido comparada com Ativo e Atividade Operacional da DFC.....	59

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
___1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	13
___1.2 PROBLEMA DE PESQUISA	15
___1.3 OBJETIVO	15
___1.4 HIPÓTESES.....	16
___1.5 JUSTIFICATIVA.....	21
___1.6 SUBDIVISÕES DA PESQUISA	21
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	23
___2.1 PESQUISAS RELACIONADAS À ADOÇÃO DAS IFRS.	23
_____2.1.2 ADOÇÃO INICIAL DAS IFRS 01 (CPC – 37).....	25
_____2.1.2.1 ISENÇÕES OPCIONAIS IFRS 01 (CPC – 37)	26
___2.2 GERENCIAMENTO DE RESULTADO S	29
_____2.2.1 GERENCIAMENTO DE RESULTADO ATRAVÉS DAS ISENÇÕES OPCIONAIS	32
3 METODOLOGIA	35
___3.1 COLETA DE DADOS.....	35
_____3.1.1 DETERMINANTES DA ESCOLHA DAS ISENÇÕES	37
_____3.1.2 RELEVÂNCIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS (<i>VALUE RELEVANCE</i>) E GERENCIAMENTO DE RESULTADOS	39
_____3.1.2.1 RELEVÂNCIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS (<i>VALUE RELEVANCE</i>)	40
_____3.1.2.2 GERENCIAMENTO DE RESULTADOS.....	41
4 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	44
___4.1 CLASSIFICAÇÃO DA AMOSTRA	44
___4.2 TRATAMENTO DOS DADOS	44
_____4.2.1 DETERMINANTES DAS ESCOLHAS.....	44

_____ 4.2.1.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA	46
_____ 4.2.1.2 CORRELAÇÃO	48
_____ 4.2.1.3 REGRESSÃO	51
_____ 4.2.2 RELEVÂNCIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS (<i>VALUE RELEVANCE</i>) ..	53
_____ 4.2.2 GERENCIAMENTO DE RESULTADOS.....	56
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS.....	63

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Na adoção inicial das *International Financial Reporting Standards* (IFRS), por existirem normas que demandam ajustes retrospectivos, foi emitida a norma *IFRS 01 First-Time Adoption of IFRS* (Pronunciamento Técnico CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) com o objetivo de regulamentar a adoção inicial das normas internacionais.

No balanço de abertura, segundo o CPC 37, a empresa deverá: i) reconhecer ou não todos os ativos e passivos; ii) reclassificar itens de ativo, passivo ou componente do patrimônio líquido; iii) mensurar “todos os ativos e passivos reconhecidos”.

Conforme o CPC 37 os ajustes relacionados às práticas contábeis anteriores à adoção serão reconhecidos no patrimônio líquido e para que não surjam custos excessivos que poderiam exceder os benefícios aos usuários das demonstrações financeiras, foram concedidas isenções opcionais na adoção inicial das IFRS. Dessa forma, as empresas tem a opção de se isentarem de determinadas exigências contidas nas normas IFRS.

No Brasil, Santos (2010) fez uma análise do impacto da adoção das normas internacionais desde a primeira fase (2008) até a convergência Plena (IFRS *full* – 2010), mensurando o impacto destas normas no lucro líquido e patrimônio líquido das empresas, identificando aumento significativo tanto no lucro quanto no patrimônio líquido.

Sendo o lucro líquido e o patrimônio líquido responsáveis por vários indicadores, como retorno sobre o patrimônio líquido, grau de endividamento e, ainda, a determinação do valor contábil das empresas, este impacto na adoção inicial pode influenciar na escolha das isenções elencadas no CPC 37 (CORMIER *ET AL.*, 2009).

Segundo Schipper (1989), o gerenciamento de resultados ocorre quando são utilizados mecanismos contábeis para alterar relatórios financeiros, ou para manipular as informações sobre desempenho econômico.

Capkun et al (2008) identificaram gerenciamento de resultados no período de transição, utilizando em sua amostra empresas de países europeus cuja a adoção das normas IFRS passou a ser obrigatória desde 2005. Os autores encontraram aumento no retorno sobre ativos (ROA) em quase todos os países analisados, sendo que, quanto menor o ROA de acordo com o GAAP local, maior a diferença entre o GAAP local e as normas IFRS.

Healy e Wahlen (1999) reportam que gerenciamento de resultado, em determinados momentos, são utilizados para aumentar ou diminuir o resultado da empresa, sendo o aumento do resultado relacionado com o aumento do valor das ações e a diminuição do resultado relacionado com a diminuição do valor das ações.

Neste sentido, Cormier *et al.* (2009) em pesquisa realizada na adoção inicial na França, utilizam as isenções elencadas na *IFRS 01 (CPC 37)* para verificar a utilização dessas isenções como incentivos para o gerenciamento de resultado. Segundo os autores, o gerenciamento de resultado um dos fatores que mais influenciam na eleição de uma ou mais isenções na adoção inicial.

Partindo da obrigatoriedade de adoção das Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil, e ainda, que estas vão alterar os valores e os critérios de classificação dos componentes patrimoniais em consonância com a possibilidade de gerenciamento de resultados nesta adoção inicial, apresenta-se a seguir a questão problema.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

A pesquisa de Santos (2010) identifica as isenções opcionais na adoção inicial como fatores que dificultam a mensuração do impacto da adoção inicial nas empresas brasileiras. Cormier *et al.* (2009) destacam que as pesquisas sejam realizadas com o intuito de identificar o impacto das isenções na adoção inicial com os fatores específicos de cada país. Healy e Wahlen (1999) relatam que gerenciamento de resultado são ações propostas que utilizam julgamentos discricionários para manipular informações contábeis/financeiras relacionadas ao resultado da companhia.

Neste contexto, o problema de pesquisa é: a escolha de isenções opcionais na adoção inicial das IFRS, realizadas pelas empresas brasileiras listadas, podem retratar melhor qualidade nas informações e ter relação com o gerenciamento de resultados?

1.3 OBJETIVO

Acerca da adoção inicial das IFRS pelas empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA, o presente estudo tem como objetivos: verificar se existem incentivos para aplicar as isenções opcionais têm incentivos gerenciais

para serem aplicadas retroativamente; analisar a relevância das informações contábeis no momento da adoção inicial das IFRS e avaliar se existe relação entre a adoção inicial e o gerenciamento de resultados.

1.4 HIPÓTESES

Cormier *et al.* (2009) e Freitas (2011) têm suas pesquisas direcionadas às escolhas contábeis no momento da adoção inicial, IFRS 01 e CPC 37, respectivamente. A relação entre o gerenciamento de resultados e aplicação das IFRS é objeto de estudo das pesquisas de Capkun *et al.* (2008), Liu *et al.* (2011), Cormier *et al.* (2009), entre outros. Outras pesquisas verificam a maior relevância das normas IFRS (MORAIS e CURTO, 2008; LIU *et al.*, 2011; BARTH, LANDSMAN e LANG, 2008; JERMAKOWICZ, PRATHER-KINSEY e WULF, 2007).

Assim como em Cormier *et al.* (2009), as hipóteses dessa pesquisa englobam: a) escolhas das isenções opcionais; b) gerenciamento de resultados; e c) relevância das informações contábeis.

Marchal *et al.* (2006) apud Cormier *et al.* (2009) identificaram em pesquisa realizada na França que em 45% das empresas a alteração do patrimônio líquido é inferior a 5%, Cazavan-Jenny e Jeanjean (2006) encontraram uma diminuição média do PL em 3,5%.

Cazavan-Jenny e Jeanjean (2006) e Cormier *et al.* (2009) identificaram que as empresas aplicam isenções opcionais (conforme IFRS 01) negativas/positivas para compensar ajustes obrigatórios positivos/negativos, sugerindo que a baixa alteração do patrimônio líquido das empresas francesas

esteja ligado a compensação dos ajustes obrigatórios pela aplicação das isenções opcionais no momento de adoção inicial. Relacionada a escolhas destas isenções para compensar ajustes obrigatórios formulou-se a primeira hipótese:

H₁: Empresas tendem a aplicar retroativamente normas passíveis de isenções opcionais com impacto negativo sobre o patrimônio líquido para compensar impactos positivos dos ajustes obrigatórios sobre o patrimônio líquido.

Segundo Karleff (2003) apud Cormier *et al.* (2009), a aplicação retroativa das normas no momento da adoção inicial das IFRS neutraliza os impactos negativos por não influenciarem no resultado do exercício neste momento de adoção inicial. O impacto que o patrimônio líquido sofrer na adoção inicial, será compensado no resultado da empresa no futuro.

Watts e Zimmerman (1990) indicam que o tamanho da empresa apresenta influência nas decisões relacionadas à contabilidade no tocante ao tamanho do patrimônio líquido das empresas e à escolha das isenções opcionais (CPC 37), assim, a segunda hipótese foi a seguinte (CORMIER *et al.*, 2009):

H₂: As empresas com patrimônio líquido mais elevado tendem a aplicar retroativamente normas passivas de isenções opcionais com impacto negativo sobre o patrimônio líquido.

Cormier *et al.* (2009) abordam que os impactos no patrimônio líquido na adoção inicial ocasionarão impacto inverso nas demonstrações futuras. O CPC 37 determina que as alterações oriundas da adoção inicial devam ser lançadas diretamente no patrimônio líquido das empresas, desta forma, as empresas

com patrimônio líquido maiores podem suportar mais este impacto negativo inicial, pois a influência nos índices relacionados com patrimônio líquido seria menor.

Cormier *et al.* (2009) identificaram em sua pesquisa que empresas com maiores endividamentos não optaram por aplicar normas passíveis de isenção com impacto negativo sobre o patrimônio líquido. Alterações no patrimônio líquido alteram o grau de endividamento das empresas e, por meio desta possibilidade de escolha, foi elaborada a terceira hipótese (CORMIER *et al.*, 2009):

H₃: As empresas com maior grau de endividamento tendem a não utilizar as normas passíveis de isenções opcionais com impacto negativo sobre o patrimônio líquido.

Considerando que a pesquisa de Cormier *et al.* (2009) identifica que as empresas francesas mais endividadas não utilizaram normas passíveis de isenções que reduziriam o patrimônio líquido e, que as empresas com maior necessidade de créditos tendem a fazer escolhas que melhorem o resultado, é esperado que as empresas mais endividadas não apliquem normas que reduzam o patrimônio líquido se estas tiverem a opção de não aplicar (WATTS e ZIMMERNAN, 1990).

A opção de escolha contábil está diretamente ligada à discricionariedade (a opção de fazer ou não fazer algo), sendo este poder discricionário um significativo mecanismo de gerenciamento de resultado (SCHIPPER, 1989; BAPTISTA, 2009; HEALY e WAHLEN, 1999). Tendo em vista a possibilidade de escolha para retroagir ou não determinada norma elencada pelo CPC 37 e o conceito de essência sobre a forma advindo das normas IFRS, a adoção das

normas IFRS pode identificar alterações no nível de gerenciamento de resultados comparado com o GAAP local.

Algumas pesquisas mensuram o nível de gerenciamento de resultados no período das IFRS comparando com o GAAP locais (VIEIRA *et al.*, 2011; MORAIS e CURTO, 2008; LEUZ, 2002; LIU *et al.*, 2011; CORMIER *et al.*, 2009; CHUA, CHEONG e GOLD, 2012). A possibilidade de escolha na adoção inicial pode ser utilizada como mecanismo de gerenciamento de resultados e, baseado nas pesquisas existentes que mensuram o nível de gerenciamento de resultados entre o período IFRS e GAAP locais, surge a quarta hipótese de pesquisa:

H₄: Ocorrerá maior gerenciamento de resultados no período de adoção inicial das IFRS.

Klann e Beuren (2011) identificaram, em pesquisa realizada junto a empresas localizadas na União Europeia, que em alguns países as empresas reduziram o gerenciamento de resultados, em outros aumentaram e, em alguns não foi possível identificar, ou não apresentaram efeitos significativos.

Barth, Landsman e Lang (2008) em pesquisa realizada em 21 países identificaram que houve menor gerenciamento de resultados no período das IFRS. Moraes e Curto (2008) em pesquisa similar a de Barth, Landsman e Lang (2008) também encontraram menor alisamento de resultados nas empresas portuguesas no período das IFRS.

Van Tendeloo e Vanstraelen (2005) em pesquisa realizada na Alemanha, não identificaram alterações significativas entre o modelo local e as normas IFRS. No Brasil, Vieira *et al.* (2011) indicam menor alisamento de

resultados no período de transição (2008) na maioria das métricas utilizadas, mas, encontraram maior gerenciamento de resultado ou alterações não significativas em algumas.

Jermakowicz, Prather-Kinsey e Wulf (2007) pesquisaram as 30 companhias com melhor desempenho financeiro da Alemanha e encontraram melhora na relação com o preço de mercado das empresas após a adoção das IFRS. Klann e Beuren (2011) identificam estudos relacionados ao gerenciamento de resultados na adoção das IFRS, para detectar maior qualidade na informação contábil. Assim, levando em consideração a possibilidade de melhoria na informação contábil, a quinta hipótese formulada foi:

H₅: Ajustes patrimoniais na adoção inicial das IFRS são mais relevantes do que BR GAAP.

Pesquisas sobre IFRS sugerem aumento de qualidade das demonstrações contábeis, incrementando a relação do valor contábil das empresas e seu valor de mercado (MORAIS e CURTO, 2008; LIU *et al.*, 2011; BARTH, LANDSMAN e LANG, 2008; JERMAKOWICZ, PRATHER-KINSEY e WULF, 2007; VIEIRA *et al.*, 2011).

Esta pesquisa foi desenvolvida especificamente no momento da Adoção inicial das IFRS no contexto da *IFRS 01* (CPC 37), dado que, neste momento, existe a opção de escolher determinadas isenções, parte delas obrigatórias e parte delas opcionais. Dessa forma, as hipóteses de pesquisa elencadas abordam os incentivos gerenciais para escolher as isenções opcionais na

adoção inicial, gerenciamento de resultados e relevância das informações contábeis.

1.5 JUSTIFICATIVA

Sendo o gerenciamento de resultado ligado diretamente à discricionariedade, a presente pesquisa limita-se a adoção inicial das empresas listadas na Bolsa de Valores, estas obrigadas a adoção das IFRS. A relação entre o gerenciamento de resultado e a adoção obrigatória se faz presente por meio da opção de escolha de aplicar ou não determinadas normas.

Santos (2010) identifica as isenções opcionais contidas na IFRS 01 (CPC 37) como limitação da sua pesquisa. Lima *et al.* (2010, p.4) classifica as pesquisas sobre a introdução obrigatória das IFRS em duas categorias:

(1) estudos que examinam a reação do mercado acionário para os eventos chaves associados com o processo de mudança obrigatória para o IFRS na União Européia; e (2) estudos recentes que analisam os efeitos da adoção obrigatória em certos países que passaram a exigir os dispositivos internacionais.

A presente pesquisa está relacionada com a segunda categoria, identificada por Lima *et al.* (2010), pois estuda a adoção obrigatória das IFRS no Brasil, contribuindo para a literatura especificamente na identificação da existência ou não do gerenciamento de resultados na adoção inicial das IFRS, na forma de suas isenções opcionais elencadas na *IFRS 01* (CPC 37).

1.6 SUBDIVISÕES DA PESQUISA

O presente trabalho está estruturado em mais quatro seções, após a introdução, segue-se a segunda seção com o referencial teórico. A terceira

seção traz os aspectos metodológicos da pesquisa. Na quarta seção são exibidas as análises dos dados e os resultados empíricos da pesquisa. Na quinta seção são apresentadas as conclusões e as considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 PESQUISAS RELACIONADAS À ADOÇÃO DAS IFRS.

As pesquisas surgiram com questionamentos relacionados às diferenças entre as normas internacionais e normas locais no contexto da adoção inicial, como especificam Aharony, Barniv e Falk (2010). Soderstrom e Sun (2007) fizeram uma revisão de literatura numa tentativa de fornecer uma visão sobre os efeitos das mudanças dos Princípios Contábeis Geralmente Aceitos (GAAP), comparando as IFRS com os GAAP locais.

Aharony, Barniv e Falk (2010), Soderstrom e Sun (2007), Armstrong *et al.* (2010) e Cormier *et al.* (2009) realizaram pesquisas relacionadas à adoção das IFRS na União Europeia.

A adoção das IFRS pode trazer benefícios aos investidores, a comparabilidade entre os GAAP locais e as IFRS possibilita medir também qual o nível de diferenças entre elas. Neste sentido, Aharony, Barniv e Falk (2010) concentraram seus estudos medindo três práticas contábeis com a aplicação da GAAP local em comparação com a IFRS, as práticas escolhidas foram: *goodwill*, despesas com pesquisa e desenvolvimento (P&D), e de reavaliação de ativos.

Essas escolhas, segundo os autores, foram realizadas em virtude da grande incerteza sobre os benefícios futuros destes itens, identificando em suas pesquisas maior ganho informacional aos investidores onde os padrões locais eram mais distantes das IFRS.

Armstrong *et al.* (2010) analisaram as relações com efeitos positivos e negativos no patrimônio da empresa relacionada à adoção das normas internacionais e, ainda, quais tipos de empresas se adaptam melhor à adoção das IFRS. Os autores encontraram relação positiva para investidores, principalmente em empresas com baixa qualidade nas informações contábeis, indicando, porém, que ocorreu melhoria na qualidade da informação até mesmo nas empresas com alta qualidade das informações antes da adoção.

Brown e Tarca (2005) fizeram entrevistas junto a representantes de entidades envolvidas no desenvolvimento de normas contábeis em países da UE (França, Alemanha, Holanda e Reino Unido) sobre a implantação das IFRS, nestas os entrevistados externaram preocupações relacionadas ao conhecimento das normas e ainda ao curto espaço de tempo para adoção. Os autores sugerem pesquisas para monitoramento das questões que geravam dúvidas na aplicação inicial, e que estas fossem verificadas após o período de adoção inicial.

No Brasil, uma pesquisa realizada por Santos (2010) identificou como as normas internacionais aumentaram o lucro, os incentivos fiscais, o arrendamento mercantil e a proibição de reavaliação, e como as normas reduziram o lucro, a redução ao valor recuperável de ativos e a extinção da capitalização de despesas.

Zonatto *et al.* (2011) e Lima *et al.* (2010) tem suas pesquisas voltadas a convergência a normas internacionais e utilizam a métrica baseada no Índice de Observância às Práticas de Convergência (IOPC) através de variáveis ligadas ao tamanho, endividamento e rentabilidade.

No contexto da adoção das IFRS, Lima *et al.* (2010) indicam a adoção inicial como parte do cálculo do grau de convergência, evidenciado em seu estudo. Freitas (2011) tem sua pesquisa relacionada à escolha das isenções opcionais elencadas no CPC 37, desta forma, o próximo tópico trata da relação da adoção inicial das IFRS e da norma específica para a adoção.

2.1.2 Adoção Inicial das IFRS 01 (CPC – 37)

Segundo Santos (2010), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em convênio com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), indicou a adoção das IFRS no Brasil em duas etapas: sendo a primeira etapa entre 2008 e 2009, denominada norma de transição; e a segunda etapa, a partir de 2010, denominada adoção plena (*full* IFRS). Segundo o CPC 37, a “data de transição para IFRSs é a abertura do exercício social em 1º de janeiro de 2009 (ou de forma equivalente, o encerramento do exercício social em 31 de dezembro de 2008)”.

Ao adotar as IFRS pela primeira vez, ajustes têm que ser realizados entre a norma local e as normas das IFRS. As IFRS 1 surgem como mecanismos de regulamentação da adoção inicial das normas internacionais.

No Brasil, as *IFRS 01* tem dois pronunciamentos relacionados, o CPC 37 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e o CPC 43 Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41, e ainda, a Interpretação Técnica ICPC 10 Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43.

No contexto da adoção elencada pelo CPC 37 (IFRS 01), as isenções de aplicabilidade retroativa das normas contábeis são identificadas tanto na pesquisa de Cormier *et al.* (2009) como também na pesquisa de Freitas (2011). Dessa forma, o próximo tópico aborda especificamente as isenções opcionais elencadas nas IFRS 01 (CPC 37).

2.1.2.1 Isenções opcionais IFRS 01 (CPC – 37)

No momento da adoção inicial das IFRS, surgem isenções em que a empresa pode optar ou não por determinado pronunciamento. No Brasil, esses procedimentos estão estabelecidos pelo CPC 37.

As isenções contidas na IFRS 1 e no CPC 37 são muito próximas umas das outras, com apenas algumas divergências. No Quadro 1, estão relacionadas todas as isenções opcionais elencadas e identificadas na IFRS 1 e CPC 37.

Quadro 1 – Isenções opcionais

Isenções	CPC 37	IFRS 1¹
Combinação de negócios	Apêndice C	Item 13 – Letra “a”
Custo atribuído	Apêndice D – Letra “c”	
Valor justo ou reavaliação como custo presumido		Item 13 – Letra “b”
Contratos de Seguro	Apêndice D – Letra “b”	Item 13 – Letra “i”
Arrendamento	Apêndice D – Letra “d”	Item 13 – Letra “k”
Benefícios a empregados	Apêndice D – Letra “e”	Item 13 – Letra “c”
Diferenças acumuladas de conversão	Apêndice D – Letra “f”	Item 13 – Letra “d”
Investimentos em controladas, entidades controladas em conjunto e coligadas	Apêndice D – Letra “g”	
Ativos e passivos de controladas, entidades controladas em conjunto e Coligadas	Apêndice D – Letra “h”	Item 13 – Letra “f”
Instrumentos financeiros compostos	Apêndice D – Letra “i”	Item 13 – Letra “e”
Designação de instrumentos financeiros anteriormente reconhecidos	Excluído do CPC 37.	Item 13 – Letra “g”
Passivos decorrentes da desativação incluídos no custo de ativos imobilizados	Apêndice D – Letra “l”	Item 13 – Letra “j”

¹ Texto retirado do livro Normas Internacionais de relatório financeiro (IFRS) 2008 : incluindo as normas internacionais de contabilidade (IASs) e as interpretações tal como aprovadas em 1º de janeiro de 2008, volume 1. – São Paulo : IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, 2009.

Mensuração pelo valor justo de ativos financeiros ou passivos financeiros no reconhecimento inicial	Excluído do CPC 37.	Item 13 – Letra “l”
Ativos financeiros ou ativos intangíveis contabilizados de acordo com a IFRIC 12 – <i>Service Concession Arrangements</i> (Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão)	Apêndice D – Letra “m”	Item 13 – Letra “m”
Transferência de ativos de clientes	Apêndice D – Letra “o”	
Custos de empréstimos	Excluído do CPC 37.	Item 13 – Letra “n”

Fonte: *IFRS 01 First-Time Adoption of IFRS* e Pronunciamento Técnico CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Freitas (2011) faz um levantamento das isenções opcionais escolhidas pelas empresas listadas na BM&FBOVESPA acerca da adoção inicial, identificando que algumas isenções foram pouco aplicadas (instrumentos financeiros compostos ou emissão de contratos de seguros) enquanto outras foram intensamente utilizadas (custo atribuído e combinação de negócios). A autora relaciona a opção pela não aplicação retroativa da norma, de custo atribuído por recomendação de órgãos regulamentadores e a combinação de negócios à complexidade de aplicação retroativa da mesma.

No Quadro 2 estão listadas as isenções mais utilizadas nesta pesquisa e suas definições contidas no CPC 37:

Quadro 2 – Isenções opcionais – Definições.

ISENÇÕES	CPC 37	Definição
Combinação de negócios	Apêndice C	Uma adotante pela primeira vez pode decidir não aplicar a IFRS 3 (Pronunciamento Técnico CPC 15 – Combinação de Negócios) retrospectivamente a combinações de negócios do passado (combinações de negócios que tenham ocorrido antes da data de transição para as IFRSs). Contudo, se uma adotante pela primeira vez reelaborar e reapresentar qualquer combinação de negócios para se alinhar à IFRS 3, ela deverá reapresentar todas as demais combinações de negócios na mesma situação e deverá ainda aplicar a IAS 27 (Pronunciamentos Técnicos CPC 36 – Demonstrações Consolidadas e CPC 35 – Demonstrações Separadas) a partir da mesma data. Por exemplo, se a adotante pela primeira vez decidir reapresentar uma combinação de negócios que ocorreu em 30 de junho de 20X6, ela deverá reapresentar todas as combinações de negócios ocorridas entre 30 de junho de 20X6 e a

		data de transição para as IFRSs, e deverá ainda aplicar a IAS 27 a partir de 30 de junho de 20X6.
Custo atribuído	Apêndice D – Letra “c”	A entidade pode optar pela mensuração de um ativo imobilizado, na data de transição para as IFRSs, pelo custo atribuído daquela data, de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43.
Benefícios a empregados	Apêndice D – Letra “e”	De acordo com a IAS 19 (Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados), uma entidade pode escolher usar uma abordagem de “corredor” que deixa alguns ganhos e perdas atuariais não reconhecidos. A aplicação retrospectiva dessa abordagem exige que uma entidade que desmembre os ganhos e perdas atuariais acumulados a partir da celebração do plano até a data de transição para a adoção deste CPC em uma parcela reconhecida e uma parcela não reconhecida. Contudo, uma adotante pela primeira vez pode escolher reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais acumulados na data de transição para as IFRS, mesmo se usar a abordagem de corredor para os ganhos e perdas atuariais posteriores. Se uma adotante pela primeira vez usar essa escolha, ela deverá aplicá-la em todos os planos.
Passivos decorrentes da desativação incluídos no custo de ativos imobilizados	Apêndice D – Letra “l”	A Interpretação IFRIC 1 - <i>Changes in Existing Decommissioning, Restoration and Similar Liabilities</i> (Interpretação Técnica ICPC 12 – Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares) exige que mudanças específicas em um passivo por desativação, restauração ou outro similar sejam adicionadas ou deduzidas do custo do ativo ao qual está relacionado; o valor depreciável ajustado do ativo deve ser então depreciado prospectivamente durante sua vida útil. Uma adotante pela primeira vez não precisa cumprir essas exigências no caso de mudanças ocorridas nesses passivos antes da data de transição para as IFRSs.
Ativos financeiros ou intangíveis (contratos de concessão)	Apêndice D – Letra “m”	Uma adotante pela primeira vez pode aplicar as disposições transitórias da IFRIC12 – <i>Concessions</i> (Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão).

Fonte: Pronunciamento Técnico CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Este estudo faz um levantamento de todas as isenções opcionais (CPC 37) junto às Notas Explicativas das DFPs de 2010 sendo encontrada em maior quantidade a aplicação retroativa das normas Custo Atribuído, Benefícios a Empregados a Contratos de Concessão.

Cormier *et al.*, (2009), em pesquisa realizada na França, aborda a adoção inicial e relaciona as isenções a três pontos distintos: 1) a opção de escolha poderia ser utilizada para compensação de normas de aplicação obrigatória; 2) a existência de incentivos gerenciais para eleger uma ou mais isenções opcionais; e 3) o valor de relevância dos ajustes contábeis no momento da adoção inicial.

Vieira *et al.* (2011); Moraes e Curto (2008); Leuz (2002); Cormier *et al.* (2009); Chua, Cheong e Gold (2012) e Liu *et al.* (2011) fazem uma análise do gerenciamento de resultados comparando o período das IFRS com o período com GAAP locais. O próximo tópico traz uma abordagem conceitual sobre gerenciamento de resultados.

2.2 GERENCIAMENTO DE RESULTADOS

Schipper (1989) define gerenciamento de resultados quando os administradores das empresas utilizam de mecanismos contábeis para alterar relatórios financeiros, ou para manipular as informações sobre desempenho econômico repassado para os *stakeholders*, ou ainda para influir sobre os resultados de contratos que dependem de relatórios contábeis.

Healy e Wahlen (1999) relatam que o gerenciamento de resultados compreende ações propostas por administradores, utilizando julgamentos discricionários para manipular informações contábeis/financeiras relacionadas ao resultado da companhia.

Healy e Wahlen (1999) comentam que, na investigação do gerenciamento de resultados, as pesquisas têm focado em três tipos de incentivos: relacionado ao mercado de capitais, contratuais e relacionado à regulação.

Ainda segundo Healy e Wahlen (1999), o gerenciamento de resultados relacionado ao mercado de capitais pode ser utilizado para aumentar o valor das ações (por meio de ações que aumentem os resultados) ou para a redução do preço das ações (por meio de ações que diminuam o resultado). Os autores indicam que gerenciamento de resultados antes da oferta pública das ações são direcionados ao aumento do resultado da empresa, e, nos períodos que antecedem ao *management buyouts* (aquisição de empresa por seus diretores) é direcionado a diminuição do resultado.

Baptista (2009) fez um estudo sobre as pesquisas realizadas no Brasil sobre gerenciamento de resultados entre 2001 e 2007, identificando a tese de Martinez (2001) como o primeiro trabalho a falar sobre o tema no âmbito de congressos nacionais e periódicos de circulação nacional, neste, desenvolveu um quadro com os artigos mais citados na área de gerenciamento de resultado (Quadro 3).

Quadro 3 – Artigos mais citados na área de *earnings management* (gerenciamento de resultado).

AUTOR(S)/ASSUNTO	METODOLOGIA	RESULTADOS	CONTRIBUIÇÕES
HEALY (1985) Examina se os gerentes manipulam os lucros de modo a aumentar a sua remuneração na forma de bônus.	Testa a existência de “gerenciamento” de resultados contábeis pela comparação dos valores das Acumulações, com o seu valor médio no tempo. Acumulações Totais são as <i>proxies</i> para o “gerenciamento” dos resultados contábeis (<i>earnings management</i>)	Existe uma associação entre o valor das acumulações (<i>accruals</i>) e os incentivos dos gestores para reportar aumento dos lucros.	Texto clássico na área de “gerenciamento” dos resultados contábeis (<i>earnings management</i>), bem como de compensação de executivos. Introduziu o primeiro modelo para avaliação, tornando-se referencial teórico para trabalhos posteriores.
MCNICHOLS & WILSON (1998) Examina se os gerentes manipulam os lucros através do uso de provisões para devedores duvidosos.	Testa a existência de “gerenciamento” dos resultados contábeis (<i>earnings management</i>) pelo uso das provisões de devedores duvidosos, em empresas financeiras.	Os autores verificam que as empresas “gerenciam” seus resultados contábeis pelo aumento da provisão de devedores duvidosos quando o lucro projetado é muito elevado em relação ao desejável.	Esse artigo oferece visão alternativa de pesquisa (<i>sic</i>) focalizar-se na análise da conta patrimonial em particular, em indústria específica. A análise não é geral como no modelo de Jones.
JONES (1991) Examina se firmas que vão se beneficiar de proteção alfandegária (ex. aumento da(<i>sic</i>) tarifas e redução das quotas) tentam reduzir os lucros adotando práticas de “gerenciamento” dos resultados contábeis (<i>earnings management</i>).	Usa os resíduos da regressão das Acumulações Totais em relação a mudanças nas receitas e do ativo permanente, como forma de mensurar as Acumulações Discricionárias (<i>discretionary accruals</i>)	Os resultados não rejeitam a hipótese de que os gestores efetuam práticas para reduzir os lucros nos períodos em que estão sendo investigados, para efeito de criação de proteção alfandegária.	O modelo de Jones produziu grande impacto na literatura acadêmica contábil, criou ferramenta mais robusta para identificar o valor das acumulações discricionárias (<i>discretionary accruals</i>). Este Modelo, apesar dos problemas técnicos, é, inquestionavelmente o mais utilizado.
BURGSTALLER E DICHEV (1997) Proporciona evidências de que firmas “gerenciam” seus resultados para evitar perdas e para sustentar resultados obtidos.	Utilização de histogramas da distribuição e da variação de lucros entre firmas, para proporcionar evidências da existência de “gerenciamento” dos resultados contábeis (<i>earnings management</i>) ao redor de certos benchmarks.	Os autores encontram, a partir da distribuição empírica frequência, incomum de pequenos lucros, quando comparado à frequência incomum de pequenos prejuízos.	A metodologia usada neste artigo criou novo padrão para pesquisa na área de “gerenciamento” dos resultados contábeis (<i>earnings management</i>). Vários artigos posteriores passaram a utilizar metodologias similares, especialmente devido a sua simplicidade.

Fonte: Martinez, 2001, p. 41.

Healy e Wahlen (1999) e Watts e Zimmermann (1990) indicam incentivos para o gerenciamento de resultados relacionado aos contratos, sendo utilizado o gerenciamento para alinhamento dos objetivos dos administradores da empresa e dos *stakeholders*.

Baptista (2009) e Healy e Wahlen (1999) indicam que as empresas que sofrem forte processo regulatório são incentivadas a gerenciar o resultado para atender os interesses do órgão regulador. Os autores citam que empresas que são suscetíveis à influência política tendem a gerenciar o seu resultado para parecerem menos lucrativas.

Martinez (2001) descreve em sua pesquisa três tipos de gerenciamento de resultado: i) gerenciar o resultado para aumentar ou diminuir os lucros, para atendimento a metas; ii) gerenciar o resultado para diminuir a variação do lucro entre os períodos (*income smoothing*), evitando flutuações excessivas; iii) gerenciar o resultado para piorar o resultado presente para melhorar o resultado futuro (*take a bath ou big bath accounting*).

Almeida *et al.* (2012) citam o grau de discricionariedade nos ajustes que subavaliam ativos como provisão para devedores duvidosos, ajustes de taxas de depreciação e teste de *impairment*. Concatenando com os autores, as escolhas elencadas nas isenções opcionais no CPC 37 (IFRS 01) poderão ser objeto de gerenciamento no processo contábil.

2.2.1 Gerenciamento de resultados através das isenções opcionais

Pesquisas, principalmente relacionadas com reavaliação de ativos, indicam que empresas mais endividadas tendem a fazer reavaliação positiva

de seus ativos (MISSONIER-PIERA, 2007; FREITAS, 2011). Lorencini e Costa (2012), Watts e Zimmerman (1990) identificam em suas pesquisas que empresas mais endividadas tendem a realizar determinadas escolhas contábeis.

Lorencini e Costa (2012) realizaram uma análise das características das empresas que fizeram a opção de baixar ou de manter os saldos da conta ativo diferido, relacionando o nível de governança, as empresas de Auditoria e o tamanho do ativo diferido (controlado pelo tamanho da empresa) com o tratamento desse saldo.

Lopes e Walker (2010), em pesquisa realizada com empresas em atuação no Brasil indicaram que as empresas mais endividadas tendem a utilizar a reavaliação para melhorar os índices de endividamento.

Neste contexto de pesquisas, que indicam que tamanho e grau de endividamento impactam na escolha de reavaliar ou não ativos, ou ainda de baixar ou não ativos diferidos, estas escolhas também podem estar relacionadas à opção de aplicar ou não determinada norma, passíveis de isenção contida no CPC 37.

A aplicação retrospectiva de normas diretamente no patrimônio líquido tem impacto inversamente nos anos posteriores, exemplo: a empresa “X” faz a análise e aplica retroativamente a norma “custo atribuído”, aumentando o valor do bem de 10.000 (em BRGAAP) para 15.000 (em IFRS) no ano de 2008; no ano de 2009, este mesmo bem é depreciado em 10%², gerando um cálculo de

² Exemplo ilustrativo não sendo considerado o valor residual e vida útil do bem para cálculo da depreciação, conforme preceitua CPC 27. Vale salientar que em caso de aumento de terrenos o impacto no resultado só acontecerá no momento da venda.

depreciação de 1.000 (em BRGAAP) e 1.500 (em IFRS), ou seja, um aumento de despesa no valor de 500 (IFRS) e, conseqüentemente, uma diminuição do patrimônio líquido em 500.

Vieira *et al.* (2011); Chua, Cheong e Gold (2012) e Liu *et al.* (2011) têm suas pesquisas relacionadas ao gerenciamento de resultados na adoção inicial. Cormier *et al.* (2009) têm sua pesquisa voltada às escolhas opcionais, elencada na IFRS 01 (CPC 37).

Na pesquisa de Cormier *et al.* (2010), realizada na França, foi constatado que empresas com maior endividamento tendem a aplicarem menos isenções que tenham impacto negativo sobre o patrimônio líquido. Esta escolha contábil, que reduz o seu endividamento, está relacionada à necessidade contínua de crédito junto a seus credores (CORMIER *et al.*, 2009; DEFOND e JIAMBALVO, 1994).

Liu *et al.*, (2011), em um estudo realizado na China sobre gerenciamento de resultados e informações contábeis mais relevantes, identificaram que, no período das IFRS, as informações contábeis foram mais relevantes ocorrendo ainda menor gerenciamento de resultados.

3 METODOLOGIA

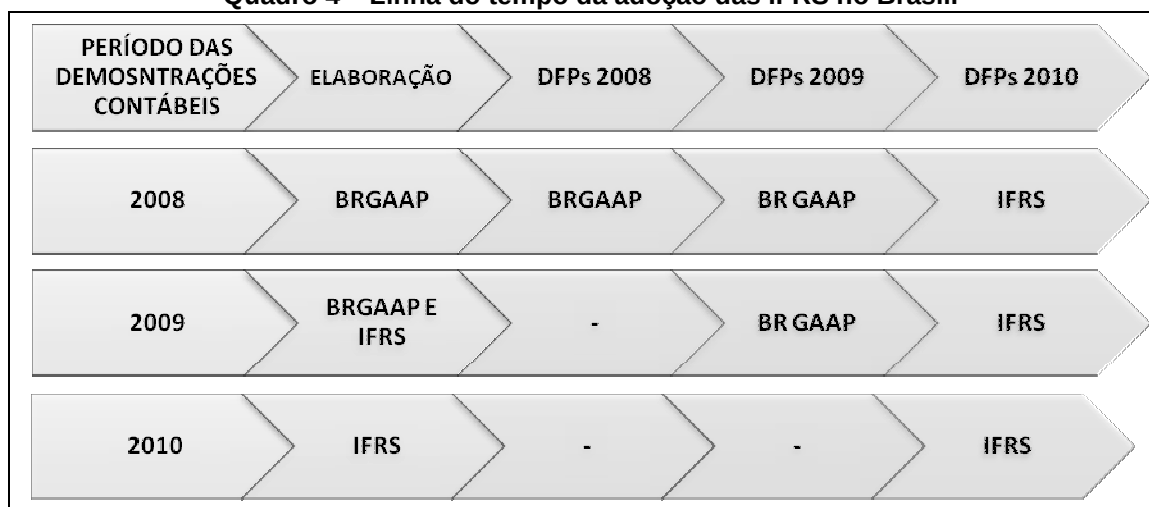
3.1 COLETA DE DADOS

O estudo utilizará as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) e Notas Explicativas (NE) das empresas de capital aberto listadas na BM&FBOVESPA. O Quadro 4 relaciona a forma de elaboração e publicação das DFPs.

Considerando o processo de adoção das IFRS pode-se criar uma linha do tempo que vai da adoção parcial até a adoção plena das IFRS (*IFRS full*), conforme demonstrado no Quadro 4, sendo:

- Quanto à elaboração das DFPs:
 - o 2008: BRGAAP;
 - o 2009: BRGAAP e IFRS;
 - o 2010: IFRS.
- Quanto à publicação das DFPs:
 - o 2008: BRGAAP;
 - o 2009: BRGAAP;
 - o 2010: IFRS.
- Momento de transição do BRGAAP para IFRS:
 - o 31/12/2008.
- Momento de adoção plena das IFRS (*IFRS full*):
 - o 01/01/2010.

Quadro 4 – Linha do tempo da adoção das IFRS no Brasil.



Fonte: CPC 37 – Elaborado pelo autor.

Dessa forma, pode-se observar que em 2009 as demonstrações são elaboradas nos dois modelos, IFRS e BRGAAP. O dia 31/12/2008 ou 01/01/2009 é chamado de data de transição, pois, mesmo os Balanços Patrimoniais sendo elaborados em BRGAAP, estes tem que ser convertidos em IFRS³ considerando as premissas do CPC 37 (IFRS 01). Já no ano de 2010, as DFPs são elaboradas e publicadas somente em IFRS.

As DFPs foram coletadas junto ao site da BM&FBOVESPA conforme exposto no Quadro 5.

³ As demais demonstrações (DMPL, DFC) não é obrigatório serem convertidas para IFRS em 2008.

Quadro 5 – Coletas das DFPS junto ao sitio da BM&FBOVESPA.

ANO	BRA GAAP	IFRS
2008	DFPs 2009	DFPs 2010
2009	DFPS 2009	DFPs 2010
2010	-	DFPs 2010

Fonte: Elaborado pelo autor.

O quadro 5 identifica como foi coletado as informações relacionadas a cada período. Os dados relacionados a 2008 e 2009 BRGAAP foram coletados junto as DFPS 2009, pois, mesmo as demonstrações sendo elaboradas nos dois modelos, a sua publicação foi em BRGAAP. Já os períodos de 2008, 2009 e 2010 em IFRS foram coletados junto as DFPS 2010.

3.1.1 Determinantes da escolha das isenções

O modelo a ser utilizado para identificar as determinantes das empresas brasileiras para aplicar ou não uma ou mais normas inclusas nas isenções, será o modelo *probit* utilizado por Cormier et al (2009):

$$OPTEXEMP_i = \beta_0 + \beta_1 MANDADJUST_i + \beta_2 TRADEOFF_i + \beta_3 ENDIVIDAMENTO_i + \beta_4 FLIST_i + \beta_5 TAMANHQ_i + \varepsilon_i \quad (1)$$

Onde:

OPTEXEMP = 1 se entre as normas contidas nas isenções opcionais (CPC 37), a empresa optar por aplicar apenas normas com impacto negativo sobre o patrimônio líquido na data de transição (31/12/2008), 0 caso contrário;

MANDADJUST = 1 se a soma dos ajustes patrimoniais obrigatórios⁴ na data da transição (31/12/2008) for positiva, 0 caso contrário;

TRADEOFF = 1 se o patrimônio líquido da empresa em 2008 pelo BRGAAP for mais elevado do que a mediana da amostra, 0 caso contrário;

ENDIVIDAMENTO = dívidas de longo prazo em 2008 pelo BRGAAP, dividido pelo total de ativos em 2008 pelo BRGAAP;

FLIST = 1 se a empresa for listada em algum segmento da BM&FBOVESPA, 0 caso contrário;

TAMANHO = Logaritmo natural dos ativos de 2008 BRGAAP.

As variáveis MANDADJUST, TRADEOFF e ENDIVIDAMENTO são incluídas no modelo como incentivos gerenciais para escolha de aplicação de uma ou mais normas que tinham a opção de não aplicar, ou seja, aplicar retroativamente normas contidas nas isenções opcionais (CPC 37).

A variável dos logaritmos dos ativos foi incluída como *Proxy* do tamanho da empresa, o que pode ser determinante para escolhas de políticas contábeis. (WATTS e ZIMMERMAN, 1990; VAN TENDELOO e VANSTRAELEN, 2005).

Martinez (2001) cita como uma forma de gerenciamento de resultado, piorar o resultado presente para melhorar o resultado futuro. O aumento no patrimônio líquido na adoção inicial acarretará diminuição do mesmo no futuro. Em pesquisa, Beatty e Webwer (2006) afirmaram que empresas maiores são mais propensas a escolhas que diminuam o seu resultado presente.

Dessa forma, a aplicação de normas com a opção de isenção com impacto negativo sobre o patrimônio líquido será escolhida para compensar ajustes obrigatórios que aumentem o patrimônio líquido. Espera-se que,

⁴ Diferença entre o total dos ajustes IFRS menos o valor dos ajustes opcionais no balanço patrimonial na data de transição (31/12/2008)

OPTEXEMP seja positivamente relacionado com MANDADJUST, confirmando assim H_1 .

Pesquisa realizada por Cazavan-Jenny e Jeanjean (2006) aponta que empresas francesas menores e mais endividadas tendem a fazer opção por capitalização de P&D, o que nos leva a acreditar que estas empresas também tendem a escolher isenções que aumentem o seu patrimônio líquido.

Espera-se então que a OPTEXEMP seja positivamente relacionada com TRADEOFF (empresas maiores) e, negativamente relacionada com ENDIVIDAMENTO (grau de endividamento) confirmando assim H_2 e H_3 .

3.1.2 Relevância das Informações Contábeis (*value relevance*) e Gerenciamento de Resultados

Pesquisas relacionando as normas IFRS com a relevância das informações contábeis e gerenciamento de resultados, utilizam o período de transição e períodos anteriores à aplicação da norma (CHUA, CHEONG e GOLD, 2012; VIEIRA *et al.*, 2011).

Vieira *et al.* (2011), em pesquisa realizada com empresas brasileiras, utilizam em sua dissertação os anos de 2006 e 2007 para modelo BRGAAP e 2008 para o modelo IFRS. Chua, Cheong e Gold (2012), em pesquisa realizada com empresas chinesas, utilizam os anos de 2001 à 2004 como GAAP local e de 2005 à 2008 para o modelo IFRS.

A proposta da presente pesquisa é conseguir ampliar o período abrangente pela pesquisa de Vieira *et al.* (2011) e, ainda incrementar a pesquisa realizada por Chua, Cheong e Gold (2012) (além da aplicação em

outro país), incluindo na pesquisa o ano de 2009 no modelo IFRS e BRGAAP (Quadro 6).

Quadro 6 – Período para pesquisa da Relevância das Informações e Gerenciamento de Resultados.

MODELO DFPs	ANO	ANO
BRGAAP	2008	2009
IFRS	2009	2010

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.1.2.1 Relevância das Informações Contábeis (*value relevance*)

Para medir a relevância das informações contábeis será utilizado o modelo de Barth, Landsman e Lang (2008):

$$P_{it}^* = \beta_0 + \beta_1 BEVPS_{it} + \beta_2 NIPS_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

Onde:

P^* = preço fechamento das ações 6 (seis) meses após o final do ano fiscal;

BEVPS = Valor patrimonial contábil por ação;

NIPS = Lucro líquido por ação.

O modelo de Barth, Landsman e Lang (2008) estima se os valores apresentados foram considerados mais relevantes pelo mercado. Quanto maior R^2 ajustado, maior a percepção do mercado relacionado a estas informações.

Pesquisas anteriores (BARTH, LANDSMAN e LANG, 2008; CORMIER *et al.*, 2009) sugerem que a adoção das IFRS ocasiona ganho de qualidade nas demonstrações contábeis, aumentando assim a sua relação com os preços das

ações. Dessa forma, para confirmação de H₄, é esperado que R² ajustado seja maior nos períodos que esteja em norma IFRS.

3.1.2.2 Gerenciamento de Resultados

Pesquisas identificam que métricas relacionadas ao gerenciamento de resultados são utilizadas frequentemente para medir a qualidade da contabilidade devido ao seu impacto sobre a qualidade dos lucros reportados (CORMIER *et al.*, 2009; BARTH *et al.*, 2008; VIEIRA *et al.*, 2011; LIU *et al.*, 2011).

Schipper (1989) aponta a utilização de mecanismos contábeis para alterar os relatórios como ferramenta de gerenciamento de resultados. Segundo o autor, o gerenciamento de resultados ocorre quando são utilizados mecanismos contábeis para alterar relatórios financeiros, ou para manipular as informações sobre desempenho econômico. Healy e Wahlen (1999) cita o processo de regulamentação como incentivo para o gerenciamento de resultados.

Vieira *et al.* (2011), Liu *et al.* (2011) e Chua, Cheong e Gold (2012) utilizam o modelo de Barth, Landsman e Lang (2008) para medir o grau de gerenciamento de resultados no momento da adoção. Relacionado a estas pesquisas, serão utilizados quatro modelos para verificação da existência de gerenciamento de resultados.

Primeiro, utilizou-se uma regressão para identificar o gerenciamento de resultados para reportar pequenos lucros, modelo este utilizado em pesquisas

relacionadas à adoção das IFRS (BARTH *et al.*, 2008; VIEIRA *et al.*, 2011; LIU *et al.*, 2011; MORAIS e CURTO, 2008).

$$POST(0,1)_{it} = \beta_0 + \beta_1 SPOS_{it} + \beta_2 SIZE_{it} + \beta_3 GROWTH_{it} + \beta_4 EISSUE_{it} + \beta_5 LEV_{it} + \beta_6 DISSUE_{it} + \beta_7 TURN_{it} + \beta_8 CF_{it} + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

Onde:

POST = “1” para períodos em IFRS, “0” caso contrário;

SPOS = “1” o lucro líquido dividido pelo ativo total esteja entre 0 e 0,01, “0” caso contrário;

SIZE = logaritmo natural dos ativos;

GROWTH = variação percentual em vendas;

EISSUE = variação percentual em ações ordinárias;

LEV = total do passivo dividido pelo patrimônio líquido;

DISSUE = variação percentual no total do passivo;

TURN = vendas divididas pelo total do ativo;

CF = valor líquido das atividades operacionais do fluxo de caixa dividido pelo ativo total;

A variável SPOS identifica empresas que evidenciaram pequenos lucros ao invés de reportar prejuízos. Pesquisas indicam que, no momento de adoção inicial, as empresas normalmente evidenciam estes pequenos lucros (BARTH, LANDSMAN e LANG, 2008; MORAIS e CURTO, 2008). Dessa forma, é esperado um coeficiente negativo de SPOS no período IFRS.

Na segunda medida para determinar o gerenciamento de resultados, utilizou-se uma regressão para medir a frequência de grandes prejuízos, sendo o coeficiente positivo indicativo de que as empresas reconheceram grandes prejuízos no período IFRS (BARTH, LANDSMAN e LANG, 2008; VIEIRA *et al.*, 2011; LIU *et al.*, 2011; MORAIS e CURTO, 2008).

$$POST(0,1)_{it} = \beta_0 + \beta_1 LNEG_{it} + \beta_2 SIZE_{it} + \beta_3 GROWTH_{it} + \beta_4 EISSUE_{it} + \beta_5 LEV_{it} + \beta_6 DISSUE_{it} + \beta_7 TURN_{it} + \beta_8 CF_{it} + \varepsilon_{it} \quad (4)$$

Onde:

POST = “1” para períodos em ifrs, “0” caso contrário;

LNEG = “1” o lucro líquido dividido pelo ativo total seja menor que -0,20, “0” caso contrário;

SIZE = logaritmo natural dos ativos;

GROWTH = variação percentual em vendas;

EISSUE = variação percentual em ações ordinárias;

LEV = total do passivo dividido pelo patrimônio líquido;

DISSUE = variação percentual no total do passivo;

TURN = vendas divididas pelo total do ativo;

CF = valor líquido das atividades operacionais do fluxo de caixa dividido pelo ativo total;

A terceira medida usada para captar o gerenciamento de resultados parte da variabilidade do lucro líquido em relação ao valor dos ativos (VIEIRA et al., 2011; MORAIS e CURTO, 2008).

$$\Delta NI / TA = \frac{NI_t}{TA_t} - \frac{NI_{t-1}}{TA_{t-1}} \quad (5)$$

Onde:

NI = Lucro líquido

TA = Ativo Total

Por fim, a última medida para mensurar o gerenciamento de resultados utiliza a variabilidade do lucro líquido comparado com o fluxo de caixa operacional (VIEIRA et al., 2011; MORAIS e CURTO, 2008)

$$\frac{\Delta NI}{\Delta OCF} = \frac{NI_t}{OCF_t} - \frac{NI_{t-1}}{OCF_{t-1}} \quad (6)$$

Onde :

NI = Lucro líquido

OCF = Fluxo de Caixa Operacional

Nas equações 5 (cinco) e 6 (seis), o resultado esperado é que nos períodos das IFRS ocorra maior variância, indicando menor alisamento de resultados (VIEIRA et al., 2011; MORAIS e CURTO, 2008).

4 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 CLASSIFICAÇÃO DA AMOSTRA

A amostra foi composta por empresas listadas na BM&FBOVESPA, sendo excluídas as empresas do setor financeiro, pois estas não são obrigadas a seguir a norma CPC 37 (FREITAS, 2011; VIEIRA *et al.*, 2011; PRICEWATERHOUSECOOPERS, 2012). A sua composição deu-se pelas informações disponíveis para o desenvolvimento das equações de cada um dos tópicos relacionados à pesquisa, limitando-se ao número de empresas conforme exposto na Tabela 1.

Tabela 1 – COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA

Tópico	Quantidade de empresas
Determinantes das Escolhas	314
Gerenciamento de Resultados	240
Relevâncias das Informações Contábeis	130

Fonte: Elaborada pelo Autor.

Os dados foram extraídos das DFPs de cada empresa junto ao site da BM&FBOVESPA e ainda pelo ECONOMÁTICA®.

4.2 TRATAMENTO DOS DADOS

4.2.1 Determinantes das escolhas

A Tabela 2 resume o levantamento junto ao quadro de reconciliação do patrimônio líquido das Notas Explicativas de 2010, das normas contidas nas isenções opcionais aplicadas retroativamente, sendo o impacto dividido em:

Tabela 2 – CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS DA AMOSTRA
Reconciliação do Patrimônio Líquido em 31/12/2008 – DFPs 2010.

Somente aplicaram normas passíveis de isenção que reduziram o patrimônio líquido (n = 27)	
Benefícios a empregados	7
Benefícios a empregados e contratos de concessão	1
Combinação de negócios	1
Combinação de negócios e desmobilização de ativos	2
Contratos de concessão	5
Custo atribuído	3
Desmobilização de ativos	4
Diferenças acumuladas na conversão	1
Investimentos em controladas, entidades controladas em conjunto e coligadas	2
Ativos e passivos de controladas, entidades controladas em conjunto e Coligadas	1
Somente aplicaram normas passíveis de isenção que aumentaram o patrimônio líquido (n = 84)	
Benefícios a empregados	10
Benefícios a empregados e custo atribuído	2
Benefícios a empregados e investimentos em coligadas e controladas	1
Combinação de negócios	5
Contratos de concessão	4
Custo atribuído	51
Custo atribuído e combinação de negócios	2
Custo atribuído e Arrendamento	2
Custo atribuído e investimentos em coligadas/controladas	1
Custo atribuído, investimentos em controladas/controladas e contratos de concessão	1
Combinação de Negócios e Benefícios a empregados	1
Combinação de Negócios e Contratos de Concessão	2
Contratos de Concessão e Benefícios a empregados	1
Arrendamento	1

Fonte: Elaborada pelo Autor.

Das demais empresas da amostra, 14 (quatorze) aplicaram simultaneamente normas contidas nas isenções que aumentaram e reduziram o patrimônio líquido, 189 (cento e oitenta e nove) empresas não aplicaram as normas, retrospectivamente.

4.2.1.1 Estatística Descritiva

A Tabela 3 traz a estatística descritiva das variáveis relacionadas aos determinantes das escolhas da aplicação retroativa das normas passíveis de isenções que somente reduziram o patrimônio líquido.

Tabela 3 – Estatísticas Descritivas das Determinantes das Escolhas

	OPTEXEMP	n	Média	Desvio Padrão
MANDADJUST	0	287	0,30	0,460
	1	27	0,52	0,509
	Total	314	0,32	0,468
TRADEOFF	0	287	0,47	0,500
	1	27	0,81	0,396
	Total	314	0,50	0,501
ENDIVIDAMENTO	0	287	10,97	200,575
	1	27	0,42	0,260
	Total	314	10,84	190,672
FLIST	0	287	0,44	0,497
	1	27	0,56	0,506
	Total	314	0,45	0,498
TAMANHO	0	287	50,95	0,990
	1	27	60,69	0,562
	Total	314	60,01	0,983

	Sig.	Teste t
MANDADJUST	0,031	-3,056
TRADEOFF	0,000	-3,109
ENDIVIDAMENTO	0,417	0,416
FLIST	0,655	-0,974
TAMANHO	0,081	-3,843

Fonte: Elaborada pelo Autor.

Onde:

OPTEXEMP = 1 se entre as normas contidas nas isenções opcionais (CPC 37), a empresa optar por aplicar apenas normas com impacto negativo sobre o patrimônio líquido na data de transição (31/12/2008), 0 caso contrário;

MANDADJUST = 1 se a soma dos ajustes patrimoniais obrigatórios na data da transição (31/12/2008) for positiva, 0 caso contrário;

TRADEOFF = 1 se o patrimônio líquido da empresa em 2008 pelo BRGAAP for mais elevado do que a mediana da amostra, 0 caso contrário;

ENDIVIDAMENTO = dívidas de longo prazo em 2008 pelo BRGAAP, dividido pelo total de ativos em 2008 pelo BRGAAP;

FLIST = 1 se a empresa for listada em algum segmento da BM&FBOVESPA, 0 caso contrário;

TAMANHO = Logaritmo natural dos ativos de 2008 BRGAAP.

A análise das diferenças entre as médias confirma a primeira hipótese de pesquisa de que empresas utilizariam as normas opcionais com impacto

negativo para compensar ajustes obrigatórios positivos (MANDADJUST), com diferença significativa entre as médias (valor p 0,022).

Consistente com a H₂, empresas com patrimônio líquido mais elevado optaram por aplicar normas passivas de isenções com impacto negativo sobre o patrimônio líquido na data de transição (TRADEOFF), com diferença significativa entre as médias (valor p 0,001). O que confirma a segunda hipótese da pesquisa.

A variável ENDIVIDAMENTO foi contrária a H₃, pois empresas com maiores endividamento escolheram aplicar normas que reduzem o patrimônio líquido, mas sem relevância estatística (valor p 0,695).

Relacionado ao grau de endividamento Martinez (2001) excluiu as empresas com patrimônio líquido negativo de sua amostra, justificando que as mesmas distorcem o valor do grau de endividamento. Dessa forma a tabela 4 excluem as empresas com patrimônio líquido negativo em 31/12/2008 BRGAAP de nossa amostra.

4 – Estatísticas Descritivas das Determinantes das Escolhas Excluindo as Empresas Com PL Negativo

	OPTEXEMP	N	Média	Desvio Padrão
MANDADJUST	0	244	0,33	0,470
	1	26	0,54	0,508
	Total	270	0,35	0,477
TRADEOFF	0	244	0,47	0,500
	1	26	0,81	0,402
	Total	270	0,50	0,501
ENDIVIDAMENTO	0	244	0,29	0,191
	1	26	0,37	0,139
	Total	270	0,30	0,188
FLIST	0	244	0,50	0,501
	1	26	0,54	0,508
	Total	270	0,50	0,501
TAMANHO	0	244	60,16	0,758
	1	26	60,71	0,562
	Total	270	60,21	0,759

	Sig.	Teste t
MANDADJUST	0,004	-2,881
TRADEOFF	0,014	-2,464
ENDIVIDAMENTO	0,009	-2,628
FLIST	0,845	-0,196
TAMANHO	0,000	-3,540

Fonte: Elaborada pelo Autor.

Os dados, excluindo as empresas com patrimônio líquido negativo (Tabela 4), relacionados às variáveis MANDADJUST E TRADEOFF não sofreram modificações que alterassem os resultados já observados na análise com estas empresas inclusas (Tabela 3).

A variável mais controversa foi a de ENDIVIDAMENTO, pois a mesma foi contrária a H_3 , visto que empresas com maior endividamento escolheram aplicar normas que reduzam o patrimônio líquido, com diferença entre as médias significativas (valor p. 0,024).

4.2.1.2 Correlação

Na Tabela 5 será apresentada a correlação de Pearson e Spearman entre as variáveis das Determinantes das Escolhas pela aplicação das normas passivas de isenção na adoção inicial das IFRS.

Tabela 5 – Correlação das Determinantes das Escolhas
n = 314

Pearson Correlation		1	2	3	4	5	6
1	OPTEXEMP	1,000	0,129*	0,193**	-0,022	0,066	0,212**
2	MANDADJUST		1,000	0,089	-0,047	-0,060	0,133*
3	TRADEOFF			1,000	-0,078	0,237**	0,644**
4	ENDIVIDAMENTO				1,000	-0,069	-0,170**
5	FLIST					1,000	0,219**
6	TAMANHO						1,000
Spearman's Correlation		1	2	3	4	5	6
6	TAMANHO						1,000
5	FLIST					1,000	0,255**
4	ENDIVIDAMENTO				1,000	-0,078	0,103
3	TRADEOFF			1,000	-0,076	0,237**	0,753**
2	MANDADJUST		1,000	0,089	-0,048	-0,060	0,122*
1	OPTEXEMP	1,000	0,129*	0,193**	0,089	0,066	0,250**

** Estatisticamente Significante ao nível de 0,01.

* Estatisticamente Significante ao nível de 0,05.

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Foi detectada relação entre MANDADJUST e OPTEXEMP, ou seja, as empresas aplicaram retroativamente normas passivas de isenções opcionais com impacto negativo para compensar ajustes obrigatórios com impacto positivo no patrimônio líquido, com nível de significância de 0,05, confirmando H_1 .

TRADEOFF está positivamente relacionado com OPTEXEMP, com nível de significância de 0,01, confirmando H_2 , onde empresas com patrimônio líquido mais elevado utilizaram normas passivas de isenções, com impacto negativo sobre o patrimônio líquido na data de transição.

A variável TAMANHO está positivamente relacionada com OPTEXEMP, com nível de significância de 0,01, indicando que empresas maiores aplicaram normas passivas de isenções com impacto negativo sobre o patrimônio líquido na data de transição.

A variável ENDIVIDAMENTO tem relação negativa com OPTEXEMP na correlação de Pearson e positiva na correlação de Spearman, sendo ainda, não significantes. Dessa forma, a terceira hipótese não pode ser confirmada.

Excluindo as empresas com PL negativo, conforme indicado por Martinez (2001), a Tabela 6 apresenta a correlação de Pearson e Spearman.

**Tabela 6 – Correlação das Determinantes das Escolhas Excluindo as Empresas com PL Negativo
n = 270**

Pearson Correlation		1	2	3	4	5	6
1	OPTEXEMP	1,000	0,130*	0,175**	0,137*	0,025	0,216**
2	MANDADJUST		1,000	0,037	-0,015	-0,093	0,120*
3	TRADEOFF			1,000	0,113	0,158**	0,676**
4	ENDIVIDAMENTO				1,000	0,086	0,351**
5	FLIST					1,000	0,127*
6	TAMANHO						1,000
Spearman's Correlation		1	2	3	4	5	6
6	TAMANHO						1,000
5	FLIST					1,000	0,146*
4	ENDIVIDAMENTO				1,000	0,084	0,408**
3	TRADEOFF			1,000	0,142*	0,158**	0,747**
2	MANDADJUST		1,000	0,037	0,003	-0,093	0,098
1	OPTEXEMP	1,000	0,130*	0,175**	0,154*	0,025	0,240**

** Estatisticamente Significante ao nível de 0,01.

* Estatisticamente Significante ao nível de 0,05.

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Relacionados à correlação identificada na Tabela 6, os dados das variáveis MANDADJUST, TRADEOFF e TAMANHO não tiveram mudanças que alterassem as considerações acerca das mesmas, ou seja, confirmam a primeira e a segunda hipótese da pesquisa.

Novamente contrária, a terceira hipótese, ENDIVIDAMENTO, tem relação positiva e significativa (0,005) com OPTEXEMP. Dessa forma, rejeitou-se a terceira hipótese de pesquisa.

4.2.1.3 Regressão

A Tabela 7 apresenta a regressão Probit da equação (1), contendo as variáveis das Determinantes das Escolhas pela aplicação das normas passivas de isenção na adoção inicial das IFRS.

Tabela 7 – Regressão Probit Equação (1)

	Variáveis	Coefficientes	Erro	Z	P-value
PROBIT ^a	MANDADJUST	0,298	0,142	2,103*	0,035
	TRADEOFF	-0,327	0,211	-1,548	0,122
	ENDIVIDAMENTO	-0,380	0,350	-1,086	0,277
	FLIST	0,402	0,151	2,665**	0,008
	TAMANHO	0,520	0,103	5,036**	0,000
	Intercept	-6,788	0,634	-10,711**	0,000

Chi-Square Tests

	Chi-Square	df ^a	Sig.
Pearson Goodness-of-Fit Test	5652,056	308	0,000

** Estatisticamente Significante ao nível de 0,01.

* Estatisticamente Significante ao nível de 0,05.

Fonte: Elaborado pelo Autor.

$$OPTEXEMP_i = \beta_0 + \beta_1 MANDADJUST_i + \beta_2 TRADEOFF_i + \beta_3 ENDIVIDAMENTO_i + \beta_4 FLIST + \beta_5 TAMANHO_i + \varepsilon_i$$

Onde:

OPTEXEMP = 1 se entre as normas contidas nas isenções opcionais (CPC 37), a empresa optar por aplicar apenas normas com impacto negativo sobre o patrimônio líquido na data de transição (31/12/2008), 0 caso contrário;

MANDADJUST = 1 se a soma dos ajustes patrimoniais obrigatórios na data da transição (31/12/2008) for positiva, 0 caso contrário;

TRADEOFF = 1 se o patrimônio líquido da empresa em 2008 pelo BRGAAP for mais elevado do que a mediana da amostra, 0 caso contrário;

ENDIVIDAMENTO = dívidas de longo prazo em 2008 pelo BRGAAP, dividido pelo total de ativos em 2008 pelo BRGAAP;

FLIST = 1 se a empresa for listada em algum segmento da BM&FBOVESPA, 0 caso contrário;

TAMANHO = Logaritmo natural dos ativos de 2008 BRGAAP.

Na Tabela 7 é apresentada uma regressão probit para examinar as determinantes de aplicação retroativa de normas passíveis de isenções somente para diminuir o patrimônio líquido, indica que o modelo apresentado é significativo (0,000).

A variável MANDADJUST é significativamente relacionada com OPTEXEMP (0,05), resultado similar ao encontrado na França por Cormier et

al (2009). Dessa forma, as empresas utilizaram normas passíveis de isenções com impacto negativo para compensar ajustes obrigatórios com impacto positivo no patrimônio líquido, confirmando H_1 .

As variáveis TRADEOFF e ENDIVIDAMENTO não apresentaram relevância significativa.

Na sequência, como exposto nos outros tópicos relacionados às determinantes da escolha, a Tabela 8 apresenta a Regressão Probit excluindo as empresas com PL negativo.

Tabela 8 – Regressão Probit Equação (1) Excluindo as Empresas com PL Negativo

	Variáveis	Coeficientes	Erro	Z	P-value
PROBIT ^a	MANDADJUST	0,212	0,124	1,707 ^a	0,088
	TRADEOFF	0,242	0,176	1,374	0,169
	ENDIVIDAMENTO	0,681	0,354	1,924 ^a	0,054
	FLIST	0,026	0,121	0,217	0,828
	TAMANHO	0,166	0,103	1,616	0,106
	Intercept	-4,739	0,602	-7,871	0,000

Chi-Square Tests

	Chi-Square	df ^a	Sig.
Pearson Goodness-of-Fit Test	5652,056	308	0,000

^a Estatisticamente Significante ao nível de 0,10.

Fonte: Elaborado pelo Autor.

MANDADJUST manteve significativamente relacionada com OPTEXEMP (0,10), confirmando desta forma H_1 , ou seja, as empresas utilizaram normas passivas de isenções com impacto negativo para compensar ajustes obrigatórios positivos.

A variável TRADEOFF permaneceu sem relevância significativa, indicando que o tamanho do patrimônio líquido não foi determinante para aplicação retroativa de normas passíveis de isenções que somente diminuiriam o patrimônio líquido da empresa.

À variável ENDIVIDAMENTO, quando excluídas as empresas com patrimônio líquido negativo, assim como indicado por Martinez (2001) e apresentado nas análises das médias e correlação (Tabelas 4 e 6), foi notado evidências de que as empresas mais endividadas aplicaram retroativamente normas passíveis de isenções que reduziram o patrimônio líquido.

Freitas (2011) em pesquisa relacionada ao custo atribuído (*deemed cost*), também não identifica relação significativa das empresas mais alavancadas com a opção de reavaliar seus ativos e, conseqüentemente, melhorar seus resultados.

As normas passíveis de isenção que mais foram aplicadas para reduzir o patrimônio líquido foram benefícios a empregados e contratos de concessão (Ver Tabela 2) e, principalmente, em virtude da segunda, estas podem ter sido utilizadas em setor de que atua como concessionária de serviços públicos, o que impacta em maior regulação pelos órgãos públicos. Segundo Baptista, (2009) e Healy e Wahlen (1999) empresas que sofrem forte processo regulatório e são suscetíveis à influência política tendem a gerenciar o seu resultado para parecerem menos lucrativas.

4.2.2 Relevância das Informações Contábeis (*value relevance*)

A amostra das empresas que tinham informações suficientes para compor a 2ª equação (Relevância das Informações Contábeis – *Value Relevance*) nos 4 períodos (2010 e 2009 IFRS, 2009 e 2008 em BRGAAP) é composta por 130 (cento e trinta) empresas listadas na BM&FBOVESPA, ou seja, 260 observações para cada um dos modelos (IFRS e BRGAAP). A Tabela

9 mostra os dados relacionados a regressão das variáveis do modelo proposto para cálculo da Relevância das Informações Contábeis.

Tabela 9 – Regressão da Relevância das Informações Contábeis (*Value Relevance*) – Separado por modelos (IFRS e BRGAAP).

	IFRS (2010 E 2009)				BR GAAP (2009 E 2008)			
	Coeficientes	Erro Padrão	T	Sig	Coeficientes	Erro Padrão	T	Sig
Constante	9,399	0,938	10,017	0,000	10,707	0,874	12,251	0,000
NIPS	3,414	0,354	9,657	0,000	0,315	0,093	3,396	0,001
BVEPS	0,058	0,033	1,724	0,086	0,086	0,024	3,609	0,000
R ²	0,319				0,051			
R ² AJUSTADO	0,313				0,044			
Estatística - F	60,079				6,954			
Signif. - F	0,000				0,001			

$$P_{it}^* = \beta_0 + \beta_1 BEVPS_{it} + \beta_2 NIPS_{it} + \varepsilon_{it}$$

P* = preço fechamento das ações 6 (seis) meses após o final do ano fiscal;

BEVPS = Valor patrimonial contábil por ação;

NIPS = Lucro líquido por ação.

Fonte: Saída de dados SPSS adaptada pelo autor

O modelo de Barth, Landsman e Lang (2008) estima se os valores apresentados foram considerados mais relevantes pelo mercado, quanto maior R² ajustado, maior foi a percepção do mercado relacionada a estas informações. Desta forma, os valores apresentados por R² ajustado foram maiores para o período em normas IFRS (0,313) do que no período em BRGAAP (0,044), indicando que os valores apresentados foram mais relevantes no período abrangido pelas normas IFRS.

A origem dos dados relacionados ao ano de 2009 BRGAAP são as DFPs publicadas no ano de 2009, e os dados relacionados ao ano de 2009 IFRS são coletados nas DFPs de 2010. Desta forma, o ano de 2009 tem informações nos dois modelos e para medir o *value relevance* a Tabela 10 traz o cálculo de cada ano separadamente.

Tabela 10 – Regressão da Relevância das Informações Contábeis (*Value Relevance*) – Separado por ano.

	2010 IFRS		2009 IFRS		2009 BRGAAP		2008 BRGAAP	
	Coef.	Sig.	Coef.	Sig.	Coef.	Sig.	Coef.	Sig.
Constante	6,168	0,000	10,280	0,000	10,995	0,000	8,731	0,000
BVEPS	0,294	0,003	0,030	0,422	0,043	0,288	0,083	0,003
NIPS	4,815	0,000	2,364	0,000	2,261	0,002	0,284	0,005
R ²	0,577		0,207		0,097		0,069	
R ² ajustado	0,571		0,194		0,083		0,054	
Estatística F	86,693		16,528		6,827		4,673	
Signif. F	0,000		0,000		0,002		0,011	

$$P_{it}^* = \beta_0 + \beta_1 BEVPS_{it} + \beta_2 NIPS_{it} + \varepsilon_{it}$$

Fonte: Saída de dados SPSS adaptada pelo autor

A percepção do mercado relacionado ao ano de 2009 faz-se pela DFPs 2009 em BRGAAP, pois, as informações em IFRS do ano de 2009 só estiveram disponíveis nas DFPs 2010. O cálculo do *value relevance* relacionado à percepção do mercado ao modelo IFRS é estimada pelas DFPs 2010, ou seja, as informações 2009 IFRS retratam o quanto os ajustes ao novo modelo aproximam os valores do mercado aos das DFPs e não a percepção do mercado.

O valor de R² ajustado do ano de 2009 BRGAAP (0,083) é inferior ao de 2009 IFRS (0,194), o que indica que as informações contábeis no modelo IFRS aproximaram os valores das empresas aos valores de mercado. O R² ajustado do ano de 2010 IFRS (0,571) indica que as informações contábeis foram mais relevantes e, neste período, a percepção do mercado indica maior relevância das informações.

Os resultados apresentados na Tabela 9 confirmam maior *value relevance* nos anos compreendidos pelas normas IFRS. A tabela 10 indica que

as informações do ano de 2009 IFRS são mais relevantes que as informações de 2009 BRGAAP e ainda, que a diferença nestas informações de 2009, provavelmente, está relacionada aos ajustes de adoção das normas IFRS.

4.2.2 Gerenciamento de Resultados

A amostra para medir a ocorrência de gerenciamento de resultado é composta por 240 empresas por ano, totalizando 960 observações.

A Equação 3 reporta a utilização de gerenciamento de resultados para reportar pequenos lucros. Na Tabela 11 são apresentados os resultados da regressão logística para identificação de gerenciamento de resultados através de pequenos lucros.

Tabela 11 – Regressão Logística para Identificação Gerenciamento de Resultados Através de Pequenos

	Coeficiente	Erro Padrão	Wald
SPOS	-0,320	0,156	4,194
SIZE	0,062	0,085	0,538
GROWTH	0,016	0,032	0,230
LEV	-0,005	0,005	1,163
DISSUE	-0,201	0,112	3,197
TURN	-0,166	0,127	1,693
CF	-0,406	0,368	1,216
EISSUE	0,080	0,081	0,996
Constant	-0,188	0,577	0,106

Onde:

POST = "1" para períodos em ifrs, "0" caso contrário;

SPOS = "1" o lucro líquido dividido pelo ativo total esteja entre 0 e 0,01, "0" caso contrário;

SIZE = logaritmo natural dos ativos;

GROWTH = variação percentual em vendas;

EISSUE = variação percentual em ações ordinárias;

LEV = total do passivo dividido pelo patrimônio líquido;

DISSUE = variação percentual no total do passivo;

TURN = vendas divididas pelo total do ativo;

CF = líquido valor das atividades operacionais do fluxo de caixa dividido pelo ativo total.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Confirmando a literatura existente (BARTH *et al.*, 2008; LIU *et al.*, 2011; MORAIS e CURTO, 2008), o coeficiente SPOS foi de -0,320 com nível de significância de 0.041, o que indica que ocorreu menor gerenciamento de resultados através da evidenciação de pequenos lucros no período IFRS.

A Equação 4 mede o gerenciamento de resultados através da utilização frequente de grandes prejuízos, sendo, o coeficiente positivo indicativo de que as empresas reconheceram grandes prejuízos no período IFRS (BARTH *et al.*, 2008; VIEIRA *et al.*, 2011; LIU *et al.*, 2011; MORAIS e CURTO, 2008). Na Tabela 12 são exibidos os resultados da Regressão Logística para identificação de gerenciamento de resultados através dos grandes prejuízos.

Tabela 12 – Regressão Logística para Identificação Gerenciamento de Resultados Através dos Grandes Prejuízos

	Coeficiente	Erro Padrão	Wald
SIZE	0,082	0,085	0,920
GROWTH	0,016	0,037	0,181
LEV	-0,006	0,005	1,488
DISSUE	-0,207	0,114	3,290
TURN	-0,129	0,126	1,057
CF	-0,387	0,386	1,005
EISSUE	0,071	0,074	0,935
LNEG	-0,336	0,311	1,173
Constant	-0,396	0,573	0,478

LNEG = “1” o lucro líquido dividido pelo ativo total seja menor que -0,20, “0” caso contrário;
Fonte: Elaborada pelo autor.

Confirmando as literaturas existentes (BARTH *et al.*, 2008; LIU *et al.*, 2011; MORAIS e CURTO, 2008), o coeficiente LNEG foi de -0,336, mas, o baixo número de observações de empresas com grandes prejuízos (57 de 960 observações) faz com que o mesmo não tenha significância estatística.

Nas equações 5 (cinco) e 6 (seis) são medidos o gerenciamento de resultados com base na variância dos lucros comparados com o ativo e ainda a

atividade operacional da DFC. A Tabela 13 apresenta a estatística descritiva destas equações.

Tabela 13 – Variabilidade do Lucro Líquido comparada com Ativo e Atividade Operacional da DFC.

	IFRS		BRGAAP	
	$\Delta NI / TA$	$\Delta NI / \Delta OFC$	$\Delta NI / TA$	$\Delta NI / \Delta OFC$
N	480	480	480	480
Média	0,02847650	-3,36164393	0,01456679	-0,06704478
Mediana	0,01036190	0,15382031	0,00360869	0,09044346
Desvio Padrão	0,254039315	1,008990385E2	0,296957422	2,045602772E1
Variância	0,065	10180,616	0,088	418,449

Fonte: Saída de dados SPSS adaptada pelo autor.

O resultado esperado é que nos períodos de IFRS ocorra maior variância, indicando menor alisamento de resultados (VIEIRA *et al.*, 2011; MORAIS e CURTO, 2008), mas a variância do lucro líquido dividido pelo ativo total tiveram redução, diferente da variância do lucro líquido dividido pelas atividades operacionais que tiveram um aumento considerável, indicando, neste último caso menor alisamento de resultados.

A grande adoção da aplicação retroativa dos ajustes relacionados ao Custo Atribuído pode ter sido o motivo para que indicasse alisamento de resultados na relação lucro líquido com ativo.

Levando em consideração a possibilidade de adoção de isenções de aplicação retrospectiva de normas, na Tabela 14 foram separadas, nos períodos de IFRS, as empresas que aplicaram somente normas passivas de isenções que diminuíram o PL e foram calculados a variabilidade do lucro líquido e o possível gerenciamento de resultados por estas empresas.

Tabela 14 – Variabilidade do Lucro Líquido comparada com Ativo e Atividade Operacional da DFC.

Variável OPTEXEMP – Somente período IFRS.

	OPTEXEMP		DEMAIS EMPRESAS	
	$\Delta NI / TA$	$\Delta NI / \Delta OFC$	$\Delta NI / TA$	$\Delta NI / \Delta OFC$
N	46	46	434	434
Média	0,01539572	-2,31087206	0,02986294	-3,47301607
Mediana	0,01074904	0,15494666	0,01036190	0,15382031
Desvio Padrão	0,059814742	1,713365774E1	0,266458361	1,059788704E2
Variância	0,004	293,562	0,071	11231,521

Fonte: ECONOMÁTICA® e DFPs 2010 – BM&FBOVESPA.

OPTEXEMP = 1 se entre as normas contidas nas isenções opcionais (CPC 37), a empresa opte por aplicar apenas normas com impacto negativo sobre o patrimônio líquido na data de transição (31/12/2008), 0 caso contrário;

Na Tabela 14 pode-se observar menor variância nas empresas que fizeram opção por aplicar retroativamente somente normas passivas de isenções com impacto negativo sobre o PL, o que indica, segundo pesquisas anteriores (VIEIRA *et al.*, 2011; MORAIS E CURTO, 2008), maior alisamento de resultados por estas empresas. A ressalva fica por conta do número reduzido de observações de empresas que aplicaram somente normas passíveis de isenções que reduziram o patrimônio líquido.

Dessa forma, mesmo que as empresas gerenciem menos os seus resultados em normas IFRS, foi possível identificar que na adoção inicial as possibilidades de aplicação retroativa de normas tornaram-se ferramenta de gerenciamento de resultados, através da menor variância do lucro líquido/ativo e lucro líquido/atividades operacionais.

Acerca das métricas de gerenciamento de resultados, algumas observações elencadas pela pesquisa de Van Tendeloo e Vanstraelen (2005) são pertinentes para análise geral das métricas aplicadas nesta pesquisa. Apesar da pesquisa ter controlado as normas passíveis de isenções opcionais

aplicadas retroativamente, outros fatores para gerir lucros não foram controlados, como setor de atuação, critérios contábeis nas mensurações do que foi aplicado retroativamente e, ainda, empresas com maior processo regulatório.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou verificar se as isenções opcionais elencadas no CPC 37 têm incentivos gerenciais para serem aplicadas retroativamente, analisando ainda a relevância das informações contábeis e gerenciamento de resultado no período de adoção inicial. Para verificação do impacto das isenções opcionais no momento de adoção inicial foram desenvolvidas hipóteses baseadas em pesquisas sobre as determinantes das escolhas (CORMIER *et al.*, 2009; FREITAS, 2011), relevância das informações contábeis (MORAIS e CURTO, 2008; LIU *et al.*, 2011; BARTH, LANDSMAN e LANG, 2008; JERMAKOWICZ, PRATHER-KINSEY e WULF, 2007) e, por fim, do gerenciamento de resultados (CAPKUN *et al.*, 2008; LIU *et al.*, 2011; CORMIER *et al.*, 2009).

Assim como encontrado nas pesquisas de Cazavan-Jenny e Jeanjean (2006) e Cormier *et al.* (2009), empresas com ajustes obrigatórios que aumentaram o patrimônio líquido utilizaram normas passíveis de isenções que reduziram o patrimônio líquido no momento da adoção inicial.

Foram encontradas evidências de que empresas com patrimônio líquido maior aplicaram retroativamente normas passíveis de isenções que reduziram o patrimônio líquido, pois estas normas aplicadas retroativamente não impactam diretamente no resultado e ainda terão impacto inverso no futuro, ou seja, a diminuição do patrimônio líquido na adoção inicial ocasionará aumento no patrimônio líquido no futuro, como indicado na pesquisa de Cormier *et al.* (2009).

Divergente do resultado esperado (CORMIER *et al.*, 2009), as empresas com maior endividamento aplicaram normas passíveis de isenções que reduziram o patrimônio líquido na adoção inicial, sendo significativo, quando são excluídas da amostra as empresas com patrimônio líquido negativo, conforme indicado por Martinez (2001).

Em virtude da maioria das isenções com impacto negativo serem oriundas das normas de benefícios a empregados e contratos de concessão e, ainda, sendo esta última norma relacionada a concessionárias de serviços públicos, Baptista (2009) e Healy e Wahlen (1999) indicam que empresas com forte processo regulatório tendem a gerenciar o seu resultado para parecerem menos lucrativas. Desta forma, pesquisas relacionadas à adoção inicial e a setores de atuação são uma lacuna deixada pela análise da variável endividamento na adoção inicial.

Pesquisa realizada por Vieira *et al.* (2011), comparando o período de transição das IFRS no Brasil com a norma local, indicam menor gerenciamento no período em que são aplicadas parcialmente as normas das IFRS. De modo geral, foi encontrado menor gerenciamento de resultados de pequenos lucros, lucro líquido comparado com atividades operacionais da DFC.

Através da discricionariedade nas escolhas no momento da adoção inicial das IFRS e, sendo a discricionariedade considerada como mecanismo de gerenciamento de resultado, segundo Schipper (2009), Baptista (2009) e Healy e Wahlen (1999), foram encontrados maior gerenciamento de resultados pelas empresas que aplicaram somente normas passíveis de isenções com

impacto negativo, com a ressalva de haver poucas observações para esta variável (46 de 480 – Tabelas 13 e 14).

Como indicado na pesquisa de Cormier *et al.* (2009) e Barth, Landsman e Lang (2008), as informações foram consideradas mais relevantes pelo mercado. Comparando o ano de 2009 as IFRS e BRAGAAP são identificadas maior relação com o preço de mercado das companhias no período das IFRS. Vale salientar que, as demonstrações 2009 em IFRS só são recebidas pelo mercado após a publicação das DFPs de 2010, ou seja, no ano de 2011. Relacionado à maior relevância das normas IFRS, a pesquisa confirma as teorias existentes identificando que as informações das IFRS foram melhor percebidas pelo mercado e, no momento de transição, a aplicação dos ajustes fizeram com que as demonstrações contábeis se tornassem mais relevantes, mesmo sem a percepção do mercado.

O comportamento das empresas que fizeram escolha por aplicar retroativamente as normas passivas de isenções na adoção inicial abre uma gama de pesquisas na área de gerenciamento de resultados e relevância das informações, tanto na análise prospectiva quanto retrospectiva destas empresas. Trabalhos relacionados a gerenciamento de resultado e relevância das informações contábeis podem ser direcionados à diferença entre os setores de atuação das empresas, pois o mesmo pode estar diretamente ligado aos ajustes efetuados na adoção inicial.

Portanto, assim como Cormier *et al.* (2009) e Freitas (2012) a escolha das isenções ou da aplicação retrospectiva das normas no momento de adoção inicial são utilizadas como ferramenta de gerenciamento de resultados e, ainda

que o período IFRS é menos propenso à gerenciamento de resultados com maior qualidade informativa e mais valorizados pelo mercado.

Na adoção inicial as isenções opcionais são determinantes para indicação de gerenciamento de resultados ou ainda para melhorar a qualidade das informações apresentadas pelas empresas. Após esse momento de adoção inicial não podemos descartar as possibilidades de escolha que o padrão IFRS nos dá, pois, o mesmo traz o conceito de essência sobre a forma e este julgamento da essência poderá indicar novas escolhas pelas empresas, num processo contínuo de decisões contábeis que poderão ser utilizadas como mecanismo de gerenciamento de resultado e conseqüentemente melhorar a qualidade das informações contábeis. Nesse contexto pesquisas futuras poderão focar nas escolhas contínuas elencadas pela norma IFRS, como *impairment*, *fair value*, provisões contábeis, operações de *leasing*, entre outras.

REFERÊNCIAS

AHARONY, J.; BARNIV, R.; FALK, H. The Impact of Mandatory IFRS Adoption on Equity Valuation of Accounting Numbers for Security Investors in the EU. **European Accounting Review**. v. 19, No. 3, 535–578, 2010.

ALMEIDA, J. E. F.; NETO, A. S.; BASTIANELLO, R. F.; MONEQUE, E. Z. Alguns aspectos das práticas de suavização de resultados no conservadorismo das companhias abertas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Contabilidade & Finanças-USP**. v. 23, No 58, p. 65-75, 2012.

ARMSTRONG, C. S.; BARTH, M. E.; JAGOLINZER, A. D.; RIEDL, E. J. Market Reaction to the Adoption of IFRS in Europe. **The Accounting Review**. v. 85, No. 1, p. 31–61, 2010.

BAPTISTA, E. M. B. Teoria em Gerenciamento de Resultados. **Revista de Contabilidade da UFBA**. v.3, No 2, p. 50-20, 2009.

BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R.; LANG, M. H. International Accounting Standards and Accounting Quality. **Journal of Accounting Research**, v.46, No 3, p467-498, 2008.

BEATTY, A.; WEBER, J. Accounting Discretion in Fair Value Estimates: An Examination of SFAS 142 Goodwill Impairments. **Journal of Accounting Research**. V. 44. Nº 2, p. 257-288. 2006.

BROWN, P.; TARCA, A. A Commentary on Issues Relating to the Enforcement of International Financial Reporting Standards in the EU. **European Accounting Review**, v. 14, No. 1, 181–212, 2005.

CAPKUN, V.; CAZAVAN-JENY, A.; JEANJEAN, T.; WEISS, L. **Earnings Management and Value Relevance during the Mandatory transition to IFRS in Europe**. Working paper, HEC Paris, ESSEC Business School, and Georgetown University. Avaliação em SSRN: http://ssrn.com/abstract_1125716, 2008.

CAZAVAN-JENY, A.; JEANJEAN, T. The Negative Impact of R&D Capitalization: A Value Relevance Approach. **European Accounting Review**. v.15, No. 1, p. 37-61, 2006.

CHUA, Y. L.(E); CHEONG, S. C.; GOULD, G. The Impact of Mandatory IFRS Adoption on Accounting Quality: Evidency from Australia. **Journal Of International Accounting Research**. v.11, No. 1, p. 119-146, 2006.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico Cpc 37 (R1) Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade**. São Paulo, 2008.

CORMIER, D.; DEMARIA, S.; LAPOINTE-ANTUNES, P.; TELLER, R. First-Time Adoption of IFRS, Managerial Incentives, and Value-Relevance: Some French Evidence. **Journal Of International Accounting Research**. v. 8, No. 2, p. 1–22, 2009.

CRESWELL, J. W.. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Traduzido por Magda Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva. 3. Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2010.

DEFOND, M. L.; JIAMBALVO, JAMES. Debt Covenant Violation And Manipulation Of Accruals. **Journal of Accounting and Economics**. V. 17, nº 1-2, p. 145-176. 1994.

FREITAS, K. C. **ESCOLHAS CONTÁBEIS NA ADOÇÃO INICIAL DOS IFRS: Direcionadores das isenções do CPC 37**. FUCAPE. Dissertação de Mestrado. Vitória / ES. 2011.

HEALY, P. M.; WAHLEN, J. M. A Review of the Earnings Management Literature and Its Implications for Standard Setting. **Accounting Horizons**. V. 13, No 4, p. 365-383, 1999.

JERMAKOWICZ, E. K.; PRATHER-KINSEY, J.; WULF, I. The Value Relevance of Accounting Income Reported by DAX-30 German Companies. **Journal of International Financial Management & Accounting**. V. 18. Nº 3, p. 151-191. 2007.

KLANN, R. C.; BEUREN, I. M. **Efeitos da Convergência Contábil às IFRS no Gerenciamento de Resultados de Empresas Européias**. In: Anais do V Congresso ANPCONT. Vitória: ANPCONT, 2011.

LEUZ, C. IAS Versus U.S.GAAP: Information Asymmetry-Based Evidence from Germany's New Market. **Journal of Accounting Research**. V. 41, No 3, p. 445-472, 2002.

LIMA, V. S.; LIMA, G. A. S. F.; LIMA, I. S.; CARVALHO, L. N. G. **Determinantes da convergência aos padrões internacionais de contabilidade no Brasil**. In: Anais do IV ANPCONT, Natal, 6 a 8 de junho 2010a.

LIU, C.; YAO, L. J.; HU, N.; LIU, L. The Impact of IFRS on Accounting Quality in a Regulated Market: Na Empirical Study of China. **Journal of Accounting, Auditing & Finance**. p. 659–676, 2011.

LOPES, A. B.; WALKER, M. Asset revaluations, future firm performance and firm-level corporate governance arrangements: new evidence from Brazil?. **British Accounting Review**, 2010.

LORENCINI, F. D.; COSTA, F. M. **Escolhas contábeis no Brasil: identificação das características das companhias que optaram pela**

manutenção versus baixa dos saldos do ativo diferido. Revista Contabilidade & Finanças-USP. v. 23, No 58, p.52-64, 2012.

MARTINEZ, A. L. **Gerenciamento dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias brasileiras.** FEA/USP. Tese de doutorado. São Paulo, 2001.

MISSIONIER-PIERA, F. **Motives for fixed-asset revaluation: an empirical analysis with Swiss data.** 2007. Disponível em: <<http://www.business.illinois.edu>>. Acesso em 12 out 2012.

MORAIS, A. I.; CURTO, J. D. Accounting quality and the adoption of IASB standards – portuguese evidence. **Revista Contabilidade & Finanças-USP.** v. 48, No 48, p. 103–111, 2008.

Normas Internacionais de relatório financeiro (IFRS) 2008 : incluindo as normas internacionais de contabilidade (IASs) e as interpretações tal como aprovadas em 1º de janeiro de 2008, volume 1. – São Paulo : IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, 2009.

PRICEWATERHOUSECOOPERS - PWC. **Guia 2010/2011 Demonstrações Financeiras e Sinopse Legislativa.** Dezembro de 2010. Disponível em: <<http://www.pwc.com/br/>>. Acesso em 10 de junho de 2012.

SANTOS, E. S. **Análise dos Impactos dos CPCs da Primeira Fase de Transição para o IFRS nas Empresas Abertas: um Exame Censitário dos Ajustes ao Resultado nas DFPs de 2008.** In: Anais do XXXIV ENANPAD, Rio de Janeiro, 25 a 29 de setembro de 2010.

SCHIPPER, K. Comentary on earnings management. **Accounting Horizons**, 1989.

SODERSTROM, N. S.; SUN, K. J. IFRS Adoption and Accounting Quality: A Review. **European Accounting Review.** v. 16, No. 4, p. 675–702, 2007.

VAN TENDELOO, B.; VANSTRAELEN, A. Earnings Management under German GAAP versus IFRS. **European Accounting Review**, vol. 14, No. 1, p. 155-180, 2005.

VIEIRA, R. B; MARTINS, A. M.; MACHADO, A.; DOMINGUES, J. C. A. **IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO PARCIAL DAS IFRS NO BRASIL: efeitos na qualidade das informações contábeis das empresas de capital aberto.** In: Anais do II AdCont, Rio de Janeiro, 13 e 14 de outubro de 2011.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. Positive accounting theory: a ten year perspective. **The Accounting Review**, vol. 65, No.1, p.131-156, 1990.

ZONATTO, V. C. S.; SANTOS, A. C.; RODRIGUES JR, M. M.; BEZERRA, F. A. Fatores Determinantes para a Adoção de Padrões Internacionais de

Contabilidade no Brasil: Uma Investigação em empresas Públicas e Privadas do Setor de Energia Elétrica. **Revista Contabilidade e Organizações**. v. 5, No 12, p. 26-47, 2011.